

DOI: 10.46943/IV.CONBRALE.2022.01.030

PANDEMIA DA COVID-19 E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

ROSIOMAR SANTOS PESSOA¹
MARIA JOSÉ QUARESMA PORTELA CORRÊA²

RESUMO

Este estudo apresenta a educação do campo como um direito e conquista de todos os camponeses, porém com a manifestação do *coronavírus* SARS-CoV-2 teve sua trajetória interrompida, uma vez que as escolas do campo possuem suas peculiaridades, especialmente a falta de estrutura física e tecnológica. É um estudo bibliográfico e de campo, de cunho qualitativo, que aborda tópicos como os aspectos históricos da educação após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, especialmente voltado para a educação do campo, discute-se principalmente as ocorrências destes últimos anos em que o mundo enfrentou a pandemia e as escolas camponesas demonstraram o quanto estão frágeis nas questões estruturais e tecnológicas. O presente trabalho tem como objetivo analisar o direito fundamental à educação, e debater sobre as consequências da Pandemia para os estudantes camponeses. Na metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica exploratório-explicativa, qualitativa, utilizando-se aplicação de questionários voltados a educadores atuantes na educação do campo no estado do Pará. Sabe-se que o direito à educação está previsto constitucionalmente, no entanto, quando se relaciona à Educação do Campo, o que se constata é um descaso do poder público para com os povos do Campo. Portanto, espera-se que este trabalho de pesquisa possa contribuir de forma relevante com os educadores da educação do campo.

Palavras-chave: Educação do campo; Coronavírus; Estrutura física e tecnológica.

1 Doutoranda em Ciências da Educação – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro – UTAD – rosiomarsantos@gmail.com

2 Doutora em Ciências da Educação – Professora e Coordenadora da Secretaria Municipal de Educação de Nina Rodrigues-MA, mqmariajosequaresma789@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo provoca um debate sobre o ano letivo escolar de algumas escolas do campo localizadas no estado Pará, principalmente as escolas do campo que são mais atingidas com a chegada do novo Coronavírus (Covid-19). É importante destacar que as escolas do campo de todos os estados e municípios brasileiros tiveram as mesmas dificuldades que as escolas pesquisadas, uma vez que a estrutura de todas se identificam com descaso e a falta de políticas públicas voltadas para os alunos camponeses.

Assim, discorrer sobre os impactos da pandemia na educação brasileira e de modo específico a educação do campo é uma tarefa complexa, muitos são os contextos profundamente prejudicados pela situação atual, mas particularmente em: assentamentos, áreas indígenas, quilombos, ocupações etc.

Neste período ficaram mais evidenciadas as condições historicamente negadas para quem vive no campo, sabe-se que foi somente nas últimas décadas do século XX e neste início de século a educação do campo vem conquistando um lugar nas agendas políticas em todas as instâncias: municipal, estadual e federal, ainda que lentamente com o descaso do poder público, no entanto, diante das lutas dos movimentos e organizações sociais civis dos trabalhadores rurais, a educação do campo está incorporando uma nova concepção de educação em relação ao camponês ou trabalhador rural, revigorando o caráter de classe em prol da educação do campo.

Essas organizações vêm demonstrando aos sistemas de ensino que o povo do campo tem necessidade de uma educação voltada para as especificidades desses alunos, uma vez que os alunos deverão ser respeitados em sua cultura e modo de viver, suas visões de vida são diferentes de quem mora nas cidades, portanto, devem ser valorizadas.

No entanto, ainda há a visão de que o camponês é atrasado, sem considerar o seu ritmo de vida e sua cultura, porém, os movimentos sociais camponeses promovem a luta educação do campo que valoriza os conhecimentos da prática social e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, um lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e desenvolvimento sustentável.

E neste contexto de descaso nas escolas e com a manifestação do Coronavírus, a educação do campo enfrentou inúmeras dificuldades, dentre essas pode-se destacar a falta de formação contínua dos educadores em relação às tecnologias, a estrutura das escolas também em relação a

falta de equipamentos e de wi-fi instalados nas escolas e nos povoados, já que as aulas presenciais foram suspensas e para se dar continuidade às aulas foi necessário implantar o ensino remoto, algo difícil de fazer, pois nem as próprias secretarias de educação dos municípios estavam qualificadas.

Esta investigação pretende demonstrar que apesar da importância da efetivação dos direitos humanos, e educação como direito fundamental do ser humano não é respeitada, e que a manifestação do coronavírus veio ressaltar as desigualdades das escolas camponesas em relação a estrutura física e tecnológica, trazendo graves consequências no ensino aprendizagem dos alunos do campo, tais com reprovação, insucesso, abandono, principalmente o direito à educação como estratégia de inclusão e superação das desigualdades historicamente constituídas, obedecendo aos ditames constitucionais proporcionando a justiça e a solidariedade, o que neste estudo representa a Educação do Campo como direito do camponês.

Os objetivos desta pesquisa são: demonstrar a importância de a educação do campo como um direito humano necessário para o cidadão residente no campo exercer sua cidadania, e que a manifestação do Coronavírus resalta as dificuldades que as escolas do campo enfrentam diante condições de das escolas e do ensino ministrado no campo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação brasileira é diferente da forma em que o Brasil é constituído e construído, tem a marca de um processo histórico de exclusão, já que a inclusão social e educacional sempre foi direcionada para as elites. Poucas pessoas tinham acesso à educação, principalmente em relação as pessoas residentes no campo.

Ao refletir sobre a situação da educação para a população camponesa, ribeirinha ou indígena, essa era compreendida apenas como simples mão-de-obra barata do latifúndio brasileiro, pois nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica, o povo não tinha direito a se manifestar, quem ousasse fazer isso era perseguido e muitas vezes era até morto. "(...) O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava. Tinha a capela onde eram rezadas as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre 'desarriava' os meninos" (HOLLANDA, 1995, p. 80).

Desde a escravidão no Brasil Colônia a educação sempre esteve em segundo plano, era dissociada como alternativa de projeção social

ou qualquer tipo de emancipação das classes populares, a educação era privilégio das elites no atendimento que era destinado a uma pequena parcela de estudantes nos seminários organizados para os filhos da classe alta, era união de interesses entre Igreja Católica e aristocracia escravagista (ROCHA, 2006).

No Brasil, os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho como forma de educação, inicialmente os padres se ocuparam com os índios, ensinando-os a ler, a escrever, contar, de forma a torná-los mais submissos aos portugueses, o ensino ministrado era patrocinado contava com recursos provenientes dos dízimos atribuídos ao rei em todo o Brasil (LIMA, 2003).

Após a chegada dos jesuítas foram fundadas escolas, sendo mantido o ensino humanista, restando sob a responsabilidade da igreja a educação, porém, não de forma popular. Outrossim, o governo sustentava apenas escolas militares, as quais ensinavam apenas o manejo de armas e construção de fortificações (LIMA, 2003, p. 54).

Após a chegada da Família Real houveram muitas mudanças, D. João deu novo impulso à educação à medida que criou a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e um museu, com novas ideias para as escolas de ensino superior, a Escola Naval, a Escola Militar, cursos de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, além de cursos de economia, de agricultura, de química e de desenho técnico, estes na Bahia (LIMA, 2003, p. 55).

Entretanto, a igreja exerceu um importante papel na história da educação brasileira, quando o Brasil alcançou o regime de República como forma de governo, Deodoro da Fonseca e os militares brasileiros influenciados diretamente pelas ideias positivistas de Auguste Comte, na Constituição Republicana, no art. 72, foi previsto um dos direitos individuais, o da livre manifestação do pensamento, sem dispor de nenhum artigo sobre a educação básica (MACHADO JÚNIOR, 2003, p. 60).

Com a proclamação da República em 1889, tendo como sistema de governo o presidencialismo, e alguns pensamentos de estudiosos como Benjamin Constant percebe-se a influência da filosofia positivista, a qual tinha os princípios orientadores da liberdade, laicidade e a gratuidade da escola primária (BELLO, 2001).

No governo de Getúlio Vargas havia interesse de que a população do campo tivesse acesso à educação, pois o Brasil começava a se industrializar, especialmente as indústrias de base, portanto, era indispensável ter mão-de-obra qualificada para atender a demanda, para tanto na

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, em parágrafo único, consta que “para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual”. Foi um avanço importante, para a população camponesa mesmo que objetivando beneficiar a cidade.

Na ditadura civil-militar (1964-1985) evidencia-se como ponto positivo na Constituição de 1967 a obrigatoriedade do ensino gratuito de quatro para oito anos, a idade dos alunos passou a ser dos sete para os quatorze anos.

Pela primeira vez em um texto constitucional foi assegurada a igualdade de oportunidade de educação para todos (MACHADO JÚNIOR, 2003), ainda que sob o controle do governo militar, a educação passa a ser um dos meios de divulgar os ideais da ditadura, controlando professores e estudantes, diante de grande repressão ideológica, foi um período de muitas perseguições para professores e alunos.

Na Constituição Federal de 1988, o Brasil assumiu o compromisso do Estado para com a educação fundamental, garantindo meios para efetivação desse direito provendo fontes de custeio e verbas para tanto (LIMA, 2003, p. 59). Já era uma conquista a educação passar a ser um direito do Estado, uma vez que até então os gestores municipais e estaduais não consideravam que a população tivesse direito a educação e em relação a escola do campo ainda era mais cruel a realidade, eram poucas escolas localizadas no campo e os professores eram indicados pelos proprietários de terras, mesmo sem a formação adequada.

Após a promulgação da Constituição, houve a aprovação da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, que normatizou as regras de acesso à educação, a obrigação do responsável pela criança e adolescente de matricular estes em rede regular de ensino, essa lei veio garantir proteção e direitos às crianças e adolescentes.

No contexto da nova constituição veio a aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceram-se as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), prevendo em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Assim, as lutas dos movimentos sociais envolvidos com a Educação do Campo garantiram a promulgação da Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelecia as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Educação Básica do

Campo, conquista essa voltada agora para a população rural que passou a ser reconhecida e beneficiada pela oferta e acesso à Educação.

Esse grupo social que sempre foi excluído saiu da esfera tão somente agrícola como sempre foi pensada, e voltou-se também para as populações ribeirinhas, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, isto é, a constituição de campo de fato e agora de direito, conforme o texto da Resolução:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura.

1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no *caput*, deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade. (Resolução nº 2/2008).

É importante ressaltar a ausência e/ou precariedade da educação oferecida no Brasil, sobretudo aos trabalhadores em geral, mas que se eleva quando relaciona-se com a população do campo, exemplo, a taxa de analfabetismo no país que segundo o senso escolar é quatro vezes superior entre a população do campo em relação à urbana, embora o Brasil conviva com números nada gloriosos nessa área, já que entre analfabetos absolutos e funcionais, há mais de 40 milhões de pessoas analfabetos que demonstra como o poder público trata a educação do campo.

Ao organizar esse estudo acredita-se que um dos objetivos da educação na perspectiva ética e humanista é garantir que o homem perceba-se como sujeito ativo e capaz de transformar o mundo no qual está inserido. Freire (1981) ao perceber essa situação começa a buscar um método de Alfabetização que permitisse o desenvolvimento da Consciência Crítica e da Emancipação Popular. Assim, o pensamento pedagógico de Freire

é fundado no objetivo de educar jovens e adultos, contudo muitos conceitos por ele empregados servem para repensarmos as práticas de educação na contemporaneidade. (LOREZON, SCHUKC, 2010).

Nestes últimos anos, se percebeu o campo como fonte de riquezas, que os camponeses devem receber uma educação do campo voltada para produzir técnicas de melhorar a produção de alimentos, criação de animais, e tudo isso com uma educação ministrada com educadores qualificados para essa missão.

Compreende-se, portanto, a importância do acesso da população do campo ao estudo, no entanto, as relações de poder que cercam a educação e seu universo travam possibilidades mais efetivas de levar educação de mais qualidade, respeitando as especificidades do meio rural a fim de atender às demandas específicas daquela população, processo de reconhecimento que contribuem para a valorização de hábitos e de saberes culturais tradicionais, ou que leve ao que Paulo Freire denominou de invasão cultural, sendo esta “[...] a penetração que os invasores fazem no contexto cultural dos invadidos, impondo a eles sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão” (FREIRE, 1987, p. 149).

É direito da população do campo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Portanto, a educação do campo é a garantia do direito à educação de qualidade da população que vive e trabalha no campo, direito ao respeito pela sua cultura, seus hábitos alimentares, suas características diferenciadas das populações que residem nas cidades.

A educação básica como direito dos povos do campo nunca foi priorizada, apesar das lutas dos movimentos sociais. Caldart (2004, p.149) afirma que esse descaso está ligado aos horizontes educacionais para os povos do campo, o qual reflete a visão pessimista do campo e de quem faz a educação acontecer.

A educação do campo é uma forma de valorizar os direitos das pessoas que vivem no campo, que tem como objetivo obterem uma educação diferente daquela que é oferecida aos habitantes das cidades. Surge, assim, de forma “repensada e desafiante” (ARROYO, 2006, p. 9), com uma proposta que visa a construção de uma nova base sobre o campo, com políticas públicas que contemplem a diversidade cultural.

A realidade brasileira apresenta fortes desigualdades econômicas e sociais, principalmente nas áreas rurais. A situação do campo e as lutas que ali vêm acontecendo têm sido objeto de estudos que dão destaque à enorme

violência de que são vítimas os trabalhadores rurais e demais povos do campo. Trabalhadores assassinados, famílias expulsas violentamente, casas e roças incendiadas acompanham denúncias das igrejas e sindicatos (MARTINS, 1989, p.12).

Dessa forma, torna-se necessário: “pesquisar as desigualdades que marcam profundamente a construção ou a não do sistema educativo, de políticas educativas, de garantias de direitos, especificamente do direito à educação. Marcam a própria escolarização e a escola” (ARROYO, 2006, p.104). São essas pesquisas que indicam as especificidades dessa população que devem ser valorizadas e encaradas como diferentes, portanto, dignas de respeito pelos sistemas educacionais.

Conhecer como é a vida do campo é fundamental, percebe-se através desses movimentos que essa dinâmica estaria superando ou acentuando essas desigualdades. No caso da educação, os movimentos estão pressionando para mudar o sistema educativo, as políticas educativas, a escola e os educadores, tornando possível uma educação inclusiva, onde todos tenham o direito de exigir seus direitos e exercer sua cidadania.

Muitas conquistas se concretizaram a partir da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, e na luta por políticas públicas, uma vitória importante foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

Nos anos de 1960, a atitude de Paulo Freire em relação a educação de jovens e adultos e sua ação no campo “(...) revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos” (Leite, 1999, p. 43).

Portanto, vale destacar as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no sentido de demonstrar as populações camponesas como protagonistas de sua própria história as experiências desenvolvidas por Paulo Freire; as experiências das Escolas-Família Agrícolas (EFAs) que chegaram ao Brasil na década de 1960 e as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRs), que ocorreram em Alagoas e Pernambuco, tendo se estendido para a região Sul do Brasil, entre 1989 e 1990 (ANDRADE & DI PIERRO, 2004), as iniciativas destacadas demonstraram que as populações camponesas necessitam de oportunidades para atuarem com cidadania e modificar o meio em que vivem sem ter de mudar sua cultura, seu modo de viver.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2005, p. 25).

Assim, se faz necessário que se façam políticas públicas educacionais que considerem a formação de professores atuantes no campo, com financiamento definido, de modo a diagnosticar as estratégias adequadas que busquem soluções para combater as desigualdades do cotidiano escolar desses educandos.

Um estudo para se refletir sobre a educação do campo requer analisar seus interesses, sua origem e compreendê-la enquanto campo com modelos distintos de sociedade, bem diferente da educação ofertada nas escolas das grandes cidades, portanto, é preciso ser fiel aos seus objetivos de origem. Sobre isso defende (CALDART, 2009, p. 36), “nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas.”

No atual cenário brasileiro, especialmente no campo, predominam as contradições entre campesinato e agronegócio, o primeiro constituído por pequenos produtores, e o agronegócio pelos latifundiários. É uma contradição que trás como reflexo a luta de classes, de um lado a produção para subsistência, do outro o mercado capitalista busca o lucro, sem considerar as especificidades locais, como afirmam Marx e Engels (1999, p. 7) “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes.”. Os antagonismos de classe são fundamentais para a manutenção do sistema, no entanto, o agronegócio por gerar grandes lucros sempre dificulta a educação ofertada no campo, uma vez que se preocupa apenas em produzir e gerar lucros.

Assim, observa-se na história diversos movimentos que buscavam educar o campo aos interesses do capital, como o Ruralismo Pedagógico, em de 1920, onde os camponeses deixavam o campo à procura de melhores condições de trabalho e vida, e assim superlotando as cidades, coincidentemente, é pensada e difundida escolas no meio rural (LEITE, 2002).

Os primeiros debates sobre a qualidade da educação no campo foram realizados no “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (ENERA), promovido pelo Movimento Sem Terra (MST), com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Universidade de Brasília (UnB), em 1997. Posteriormente, na intitulada “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO, conferencistas elaboraram propostas de políticas públicas para Educação do Campo no Brasil (FERREIRA; BRANDÃO, 2011).

Percebe-se no paragrafo acima que a educação do campo no sentido de respeitar sua população iniciou seus debates na no final da década de 1990, até então, não existia diferença entre os conteúdos das escolas das cidades e das escolas rurais.

Não se pode esquecer é que os movimentos sociais organizados, dentre eles destacam-se o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento Negro, a Igreja Católica, etc, que foram os principais protagonistas ao defenderem uma proposta educativa para o campo diferente da existente, que respeitasse e valorizasse os camponeses, surge a Educação do Campo.

Segundo (CALDART, 2009, p. 38):

A educação do campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela. [...] a Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém da sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. [...] se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz crítica ao modo de conhecimento dominante [...].

A constante luta dos movimentos sociais constituíram instrumento normativos que foram conquistadas que dentre eles pode-se destacar: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, (CNE/CEB n. 01/2002, CNE/CEB n. 2/2008) (BRASIL, 2002; 2008), o Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010 que consolida o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), ainda foram consolidados outros: o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em

Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Esses são apenas exemplos de algumas conquistas resultantes das lutas dos movimentos sociais por políticas públicas de apoio à educação do campo voltada para sua realidade, sem retrair a essência do camponês.

As práticas pedagógicas são entendidas como estratégias educacionais adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem e no caso da educação do campo é vista como uma dimensão de prática social e gerada no estabelecimento de relação entre os conhecimentos do processo de formação inicial e continuada dos profissionais da educação e os conhecimentos adquiridos no conjunto das ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação.

Desta forma destaca-se em relação à educação do campo as principais atividades que devem ser elaboradas e desenvolvidas no sentido de melhorar a qualidade da educação camponesa e assim formar cidadãos, que são os diversos tipos de planejamentos, onde se destacam a forma de se valorizar as comunidades camponesas, “[...] como um esforço particular de construção histórica concreta da pedagogia socialista. O MST tem buscado vincular a educação às lutas pela transformação social, desde a realidade atual do campo [...]” (CALDART, 2017, p. 263).

Neste contexto, vale a pena ressaltar a importância de se desenvolver atividades baseadas na realidade da população camponesa, sejam de ribeirinhos, de assentamentos de reforma agrária, quilombolas e outras, para isso enumera-se aqui algumas atividades que podem contribuir para que se possa ter uma educação do campo mais dinâmica e de acordo com as especificidades da região.

a. Planejamento pedagógico

Atualmente o planejamento é elaborado com base na proposta pedagógica da escola, na BNCC Base Nacional Comum Curricular e com base nos aspectos da realidade da comunidade, e as orientações pedagógicas são mediadas pela Secretaria Municipal da Educação e alguns movimentos sociais, mas principalmente devem ter o apoio da comunidade onde a escola está inserida.

b. Proposta curricular

Na organização curricular escolar da educação do campo, é preciso considerar a realidade e o tipo de educação que se pretende ministrar, que devem ser discutidos junto com a comunidade escolar e local no sentido de se levar em consideração os saberes locais, para Sacristã (2000)

é necessário entender o currículo como um processo que envolve uma multiplicidade de relações abertas ou tácitas que envolvem decisões administrativas e práticas pedagógicas, assim deve ser a educação do campo, um diálogo com todos os envolvidos.

c. Conteúdos escolares

Todos os conteúdos são importantes, no entanto, para a educação do campo os professores devem dar relevância aos aspectos da comunidade e da realidade local na seleção dos conteúdos escolares, embora o livro didático seja o instrumento central no trato dos conteúdos. Na BNCC são citados como proposta, embora sejam um documento que oferece indicadores para o desenvolvimento de uma educação na esfera nacional, para que essa educação seja eficaz, deve ter como meta a formação contínua dos educadores e da comunidade escolar.

d. Metodologia de ensino

As metodologias utilizadas pelos professores do campo devem se destacar em: aulas expositivas e práticas, leituras, debates, trabalhos em grupos, rodas de conversas, pesquisas, leituras compartilhadas, desenhos, ilustrações, participação ativa dos educandos e intervenção do professor; o educando é construtor de conhecimentos. Essas são apenas algumas metodologias que os educadores do campo podem utilizar, porém depende da criatividade dos professores, no campo essas metodologias devem ser utilizadas, mas de acordo com a realidade local, os saberes locais devem ser levados sempre em consideração.

e. Projetos escolares

Os projetos escolares devem estar sempre relacionados à realidade localidade, como exemplos de projetos há: trabalho com hortas, datas comemorativas, conservação da água, plantio de árvores, construção da história da comunidade, a origem da comunidade, resgate da cultura, as ervas medicinais, etc. Cuja intenção desses projetos é promover a interação entre alunos, professores e comunidade, além de preservar a cultura e natureza. Há uma grande importância na participação da comunidade, uma vez que a presença local é importante no desenvolvimento de alguns dos projetos (CAMILLO e MULLER, 2020).

Pelas sugestões acima, constata-se que se pode realizar muitas atividades que facilitem a aprendizagem, a interação e preservação da realidade camponesa. São inúmeras as possibilidades de se criar políticas

que contribuam para que a população do campo receba uma educação de qualidade que contemple todos os requisitos básicos necessários que se aprenda na escola, porém de acordo com as especificidades locais, algo que faça com que os alunos aprendam sem se sentir diferente por agir de forma diversa da população urbana, portanto, a prática pedagógica utilizada por professores é fundamental para que a educação do campo seja inclusiva.

No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou, em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso de Coronavírus e, a partir daí a doença alastrou-se por todo o território nacional, gerando medo e precaução em alguns e a negação da realidade desconfortante em outros. O fato é que nos meses seguintes assistimos aturdidos ao crescimento do número do contágio e dos mortos (BRASIL, 2020). O mundo enfrenta a mais grave crise sanitária e econômica dos últimos anos com a expansão da pandemia da Covid-19 que interrompeu o curso da vida das pessoas, desafiando a lógica individual e mercantil de organização da sociedade em escala local e global.

A pandemia do novo Coronavírus ou SARS-CoV-2 em 2020, ocasionou diversas transformações em todos os setores da sociedade. A recomendação do isolamento social dada pela Organização Mundial da Saúde foi amplamente adotada pelos países afetados pelo vírus. No Brasil, o comércio não-essencial foi fechado e as aulas suspensas em todas as modalidades de ensino. Se nas escolas das cidades foram difíceis esses tempo, o quadro da realidade nas escolas do campo é decepcionante, não existe a mínima estrutura para funcionar de forma remota aos alunos camponeses, pois as escolas não contam com as mínimas condições.

A alternativa encontrada pelo sistema educacional do Brasil e de outros países foi aderir a Educação a Distância (EaD), neste momento denominado de ensino remoto, já que fato de não existirem tecnologias suficientes para se ministrarem essas aulas 100% remotas, as aulas se transformaram numa diversidade de alternativas e atividades para que as secretarias de educação municipais conseguissem desempenhar da melhor forma possível suas atribuições, então, as aulas online passaram a fazer parte do cotidiano de milhares de estudantes, a EaD já se destava com um crescimento constante no país, no entanto, ainda era vista como uma alternativa para as camadas populares, no entanto, com o avanço do vírus, transformou-se numa prática comum tanto na educação básica, ensino superior e outras modalidades (MOREIRA e BICALHO, 2022).

Após a propagação do Covid-19 por todo o planeta, cabe fazer algumas considerações relevantes sobre o sistema de ensino implantado: é necessário que as instituições de ensino e seus alunos tenham preparo,

condições pedagógicas, humanas e tecnológicas. Conforme a Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, esta impõe limites para a apresentação da oferta desta modalidade de ensino, tais como: deve estar previsto nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, estar condicionada às diretrizes curriculares nacionais e estar limitado a 40% da carga horária do curso. A imprevisibilidade da pandemia e a celeridade de implementação das medidas de distanciamento social demandaram dos sistemas educacionais alternativas para o desenvolvimento de atividades escolares remotas. Inexistia, até aquele momento, qualquer tipo de planejamento das redes de ensino para lidar com isso. Afinal, realizar atividades educacionais não presenciais exige dos professores e dos estudantes recursos tecnológicos e conhecimentos específicos para manejá-los (MOREIRA e BICALHO, 2022).

Em 17 de março de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus onde, esclarece no seu artigo 1º que o período de autorização é de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital. Essa paralisação nas escolas do campo dificultou muito mais a vida dos estudantes e educadores camponeses, uma vez que essas escolas não contam com os mesmos recursos tecnológicos das escolas situadas na sede dos municípios.

Com a propagação do Covid-19 por todo o planeta, é pertinente algumas considerações sobre o sistema de ensino implantado: a necessidade de que as instituições de ensino e seus alunos tenham preparo, condições pedagógicas, humanas e tecnológicas. Foi mediante o despreparo dos educadores e a falta de tecnologias apropriadas que não somente nas escolas camponesas falharam, mas também nas escolas situadas nas cidades, os sistemas educacionais dos municípios não estavam preparados para ministrarem suas aulas de modo on-line e muito menos os alunos possuíam recursos tecnológicos adequados para assistirem aulas de forma remota.

Diante da realidade pandêmica, as redes de ensino dos municípios paraenses se esforçaram para oferecer suporte tecnológico para facilitar a execução das novas práticas de ensino, isto é, ensino on-line ou remoto, no entanto, não foi tão fácil, já que as escolas que contavam com as tecnologias de forma razoável, não contavam com os alunos que dispunham dessas tecnologias em suas residências, dificultando ainda mais a aprendizagem e colaborando com o abandono.

Portanto, os desafios do trabalho docente neste período de Pandemia, foi árduo, isso ocorreu devido a falta de um plano emergencial viável, para seguir as recomendações dos órgãos públicos e especialistas na área sanitária para conter a propagação do novo Coronavírus no sentido de cumprir as medidas de distanciamento social em função da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho dos professores(as) de educação básica nas redes públicas de ensino no Brasil, esse fato não ocorreu somente em um determinado município brasileiro, mas em todos, independentemente da localização, principalmente nas escolas do campo. Já que as desigualdades educacionais podem contribuir para o aumento das desigualdades econômicas por meio da corrida entre educação e tecnologia: a tecnologia define a demanda por trabalho qualificado, enquanto a educação determina a oferta de pessoas com certas habilidades, se a demanda por trabalhadores com nível de qualificação é grande, sua oferta é pequena, o diferencial do salário desse grupo será grande em relação ao salário de outros grupos de trabalhadores (MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015).

De acordo com autores, essas desigualdades sociais contribuem de forma assustadora na economia, na educação, na qualificação profissional, provocando a exclusão social e falta de perspectivas nas camadas populares da população brasileira. Diante deste cenário atípico, as dificuldades enfrentadas pela educação referentes às políticas públicas e a falta de infraestruturas de qualidade, o avanço da pandemia da Covid-19 foi fundamental para demonstrar que o sistema público é indiferente às classes populares, que as desigualdades sociais existentes no país nunca estiveram tão evidentes quanto neste momento, e os desafios à educação pública brasileira demonstraram não ser capaz de resolver seus problemas históricos, apresentando sempre alternativas emergenciais e sem chances de sucesso (MOREIRA e BICALHO, 2022).

METODOLOGIA

A contextualização metodológica deste estudo foi uma pesquisa de campo, com cinco professores da rede pública das escolas do campo do Estado do Pará e seus resultados são apresentados na perspectiva de análise qualitativa através de entrevistas aplicadas aos participantes da pesquisa, utilizou-se também a pesquisa bibliográfica exploratório-explicativa, qualitativa, aplicando-se entrevistas a educadores do campo no período de 2020 a 2021, onde os mesmos se manifestam os fatos e as suas principais preocupações sobre essa pandemia que infectou o mundo

e tudo parou, foi uma doença que demonstrou que todos são iguais, não importava a classe social, todos foram atingidos.

As perguntas levantadas, assim, poderão ter, segundo ensina Gil (1999), conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros. As entrevistas foram realizadas através de questionários direcionados aos sujeitos através de pesquisa qualitativa. Os dados foram analisados sistematicamente, com o objetivo de criar possibilidades, os professores emitiram suas opiniões sobre os acontecimentos e efeitos resultantes da COVID-19 nas escolas do campo. O referido estudo teve como partícipes os (as) docentes envolvidos (a) s no processo pedagógico das escolas no campo/roça do município de Belém. No Quadro 1, está exposto um breve perfil dos(as) entrevistados(as).

Quadro 1 - Perfil dos Docentes

Nome fictício	Função	Escolaridade
Marta Silva	Docente	Graduação em Pedagogia
José Nogueira	Docente	Graduado em Matemática
Antonina Conceição	Docente	Pedagoga e Especialista
Paulo Gaspar	Gestor	Pedagogo e Especialista
Joana Pinheiro	Docente	Graduada em Geografia

Fonte: Autoras, 2022.

O quantitativo de educadores pesquisados deve-se também ao momento em que a pesquisa foi realizada, já que o isolamento dificultava a aproximação física com as pessoas e essas entrevistas foram realizadas por telefone através do WhatsApp. Os (as) participantes são educadores (as) que trabalham em escolas distintas, mas todas localizadas no campo/roça do município de Belém-PA, a partir das respostas dos entrevistados é possível ter respostas acerca das ações realizadas frente aos desafios enfrentados por essas escolas no contexto atual. Com o intuito de resguardar as identidades dos (as) participantes, preferimos chamá-los (as) por nomes e sobrenomes fictícios, com nomes simples e populares.

RESULTADOS/ DISCUSSÕES

Os questionários foram elaborados com quatro questões subjetivas nas quais os entrevistados tiveram toda a liberdade de emitir suas opiniões. As perguntas voltadas aos educadores foram as seguintes:

1. No início de 2020, após o governo brasileiro decretar o lockdown, como os alunos de suas escolas se comportaram diante da doença e da ausência de aulas?

Quadro 2 - Comportamento dos alunos diante da ausência das aulas

Marta Silva	Antonina Conceição	Joana Pinheiro
Inicialmente todos ficaram apavorados, diante da falta de informações claras sobre esse vírus as famílias ficaram desesperadas e não permitiam que seus filhos tivessem contato com os colegas, as crianças inicialmente gostaram de ficar em casa, mas depois queriam voltar a escola, no entanto, em 2020 foi impossível, na verdade, sem as tecnologias existentes na cidade os alunos do campo foram os mais prejudicados.	A falta ou excesso de informações sobre esse vírus se transformou num pesadelo, a sociedade toda ficou temerosa. O comportamento dos alunos do campo foi desastroso, os professores não dispõem das tecnologias necessárias para dar continuidade às aulas e como resultado esses alunos ficaram mais de um ano sem aprendizagem, pois muitos nem livros didáticos possuíam.	O comportamento dos alunos do campo neste período triste da história foi de falta de aprendizagem, desesperança, medo de morrer, de ter contato com as outras pessoas, as escolas não funcionavam presencialmente, mas no segundo semestre se organizaram atividades para que os alunos fizessem em casa, o que para a maioria dos alunos foi impossível, uma vez que não tinham quem os ajudassem.

Fonte: as autoras, 2022.

Nos relatos, constata-se que os educadores descrevem situações que ocorreram em todo o Brasil e no mundo, no entanto, na educação do campo tem-se o agravante de não se poder contar com a tecnologia como mediadora da aprendizagem, as atividades impressas para os alunos responderem não conseguiram atingir a aprendizagem. O Professor 3 destaca que muitos alunos não possuíam nem livros didáticos, o que dificultou mais ainda a aprendizagem. Em relação ao comportamento, os educadores entrevistados relatam que foi de temor, de desesperança, de falta de aprendizagem.

Sabe-se que a educação do campo enfrenta muitas desigualdades diante das escolas situadas nas sedes dos municípios, isso tudo dificulta muito mais a eficácia da educação ministrada no campo. Assim, de acordo com MARIA, (2021), devido à pandemia do Coronavírus afloraram os problemas relacionados à Educação do Campo e muitas crianças ficaram sem

estudar, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais. Muitas escolas passaram a empregar os sistemas remotos como formato de educação durante este período pandêmico, residindo aí outro problema: o acesso à internet. Nas áreas rurais este acesso é baixíssimo ou zero, seja pela indisponibilidade do serviço, ou pela situação de vulnerabilidade econômica das famílias que ali vivem.

A segunda questão desta investigação foi a seguinte:

1. Quais os resultados destes quase dois anos sem aulas presenciais e com o ensino remoto?

Quadro 3 - Resultados do ensino remoto nas escolas do campo

José Nogueira	Paulo Gaspar	Joana Pinheiro
Foi horrível no sentido de aprendizagem, uma grande parte de nossos alunos desistiram de estudar, não possuíam as tecnologias necessárias para acompanhar as aulas, seus pais pais não conseguiram ajudá-los em suas atividades, além de não possuir aparelhos celulares ou computadores inteligentes a internet e o isolamento social impunha a necessidade de ficarem dentro de suas casas sem comunicar-se com outras pessoas.	Tivemos como resultados muita evasão, alunos sem aprendizagem, sem motivação para iniciar um novo ano sem conhecimentos dos conteúdos no decorrer do isolamento social. As famílias não conseguiram ajudar seus filhos a desenvolverem suas tarefas, além de não possuíam as tecnologias necessárias para obter sucesso nas aulas remotas.	Nem os próprios educadores estavam preparados para ministrar aulas através de reuniões, vídeos ou grupos de WhatsApp, faltou formação para desenvolvermos uma aula dinâmica e que motivasse os alunos, além de que até os próprios professores não possuíam recursos tecnológicos necessários para desempenhar bem suas aulas, na verdade foi um verdadeiro fracasso.

Fonte: as autoras, 2022.

De acordo com as falas dos educadores entrevistados, percebe-se que a realidade das escolas do campo da capital paraense não foi diferente das demais escolas brasileiras, até nas escolas da sede dos municípios, já que mesmo quando as escolas possuíam as tecnologias necessárias, os alunos não dispõem desses equipamentos e isso dificultou muito as aulas ministradas no decorrer do período pandêmico.

Diante da realidade atual, as redes de ensino do município de Belém-PA, apesar de se esforçarem para oferecer suporte tecnológico para facilitar a execução das novas práticas de ensino, não conseguiram atingir todas as escolas no sentido de promover as novas tecnologias e dar continuidade com as aulas de forma remota de modo a seguir as recomendações dos órgãos públicos e especialistas na área sanitária para

conter a propagação do novo Coronavírus os efeitos das medidas de distanciamento social em função da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho dos(as) professores(as) de educação básica nas redes públicas de ensino no Brasil.

Nessa análise, causada pela Covid-19, as aulas nos povoados da capital paraense, foram ocorrendo de forma remota, através de diversas formas: pelas redes sociais, plataformas como o Google Meet, Zon, vídeo aulas gravadas, materiais impressos, dentre outras, dentre estas formas se destacaram mais os materiais impressos, apesar das dificuldades de ausência de professores, já que as famílias nem sempre podiam colaborar, por falta de conhecimentos.

Contudo, os profissionais da educação, em sua maioria, apontam as redes sociais como o meio pelo qual as atividades estão sendo desenvolvidas, principalmente, WhatsApp. Desse modo, como apontado anteriormente, a Educação do Campo é a modalidade mais contemplada pelos sujeitos, cabe então refletir se os estudantes do campo têm acesso as redes sociais e as atividades impressas.

Nos relatos do quadro 3, os professores estão desanimados, demonstram através de suas palavras sentimentos de frustração e decepção diante da realidade vivenciada pelos profissionais da educação do campo.

Quando o docente Paulo Gaspar desabafa “ *Tivemos como resultados muita evasão, alunos sem aprendizagem, sem motivação para iniciar um novo ano sem conhecimentos dos conteúdos no decorrer do isolamento social*”. Neste sentido o professor ressalta o resultado de que todos os educadores da educação do campo obtiveram neste período, para muitos é desanimador ver alunos sem conhecimentos dos conteúdos mínimos no ano em que estudam, o que gera exclusão educacional e social.

Neste contexto, com todas essas mudanças que vem ocorrendo desde o ano de 2020, de modo a contribuir positivamente para o sucesso acadêmico dos estudantes, as redes municipais de ensino precisam se preparar com: planejamento, organização, disponibilidade tecnológica para atender as demandas e capacitação dos docentes, pois esses dois últimos anos terão consequências sérias para toda a rede educacional pública brasileira.

CONSIDERAÇÕES

Esse estudo teve com proposito provocar debates e reflexões sobre a execução das atividades escolares do novo formato emergencial (ensino

remoto) na rede municipal de educação, principalmente, a Educação do Campo em tempos da Covid-19, nas escolas do campo de Belém – PA, cuja pesquisa foi realizada ainda em 2021 com profissionais de diferentes escolas localizadas no campo.

Ao iniciar a discussão acerca da Educação do Campo em tempos de Covid-19, pontuando qual a realidade das unidades escolares no campo do município de Belém-PA, destacam-se o ensino remoto e à distância, trazendo relatos de professores que demonstram sua insatisfação com a realidade educacional vivenciada não somente neste município, mas em todos os municípios brasileiros, onde as escolas do campo não contam com a infraestrutura necessária para se ministrar uma educação de qualidade, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias como mediadoras da aprendizagem.

Neste estudo verificou-se que a educação do campo nunca foi prioridade do poder público e se está desenvolvendo nestas últimas décadas são pelas lutas dos movimentos sociais que se organizaram e defenderam uma educação diferenciada para as populações camponesas, onde sua cultura e seus saberes específicos devem ser respeitados, sem que se deixe de ensinar os conteúdos necessários aos seus alunos para que estes possam se integrar no mercado de trabalho com igualdades de condições que os alunos das cidades.

Portanto, as análises apresentadas nesse período de pandemia do Covid-19 no sistema educacional voltada para a modalidade de Educação do Campo, transpuseram os muros da escola, uma vez que, deve evidenciar o respeito à diversidade dos camponeses, vinculando as propostas pedagógicas a questões inerentes em sua realidade, pensando as relações em suas dinâmicas históricas e, prioritariamente, em suas singularidades. O que constata-se é a falta de políticas públicas voltadas para a população camponesa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais[...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343--de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 25 de setembro de 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 1**, de 03 abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 setembro de 2022.

CALDART, R. S. **Caminhos para transformação da escola: pedagogia do MST e pedagogia socialista russa**. In: CALDART, R. S.; VILLAS BÔAS, R. L. (org.). Pedagogia socialista: legado da revolução russa de 1917 e desafios atuais. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 260-286.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. (org.). Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. p. 67-86.

CALDART, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. In: ARROYO, M. G. et al. (org.). Por uma educação do campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 87-131.

CAMILLO, C. M. GRAFFUNDER, K. G. **EDUCAÇÃO DO CAMPO**: horta escolar como projeto interdisciplinar e contextualizado. XXVI Jornada de Pesquisa, A transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovação para o Planeta, 26 a 29 de outubro, de 2021. Santa Rosa, RS. Disponível em file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/20708-Texto%20do%20artigo-54195-1-2-20211018.pdf Acesso em 30 de setembro de 2022.

FERNANDES, B.M.; CERIOI, P.; CALDART, R.S. **Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. In: ARROYO, M.G; CALDART,

R.S.; MOLINA, M.C. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, Maria Cristina de Brito. **A educação como direito fundamental**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

LORENZON, Mateus. SCHUCK, Rogério José. O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO NO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE. 2010. Disponível em file:///C:/Users/Windows%2010/Desktop/lorenzon_schuck%20educa%C3%A7%C3%A3o%20campo.pdf, Acesso em 27 de setembro de 2022.

MARIA, Vanessa Adriane. **Escolas do campo e ensino remoto no contexto da pandemia**. Disponível em <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56714/escolas-do-campo-e-ensino-remoto-no-contexto-da-pandemia> Acesso em 20 de setembro de 2022.

MENEZES FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. **Educação e desigualdade no Brasil**. In: ARRETCHE, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 109-132.

MOREIRA, Antonio Domingos. BICALHO, Ramofly. **Educação do campo em tempos de pandemia no município de Riacho de Santana**. Disponível em Roteiro, Joaçaba, v. 47, jan./dez. 2022 | e27913 | E-ISSN 2177-6059. Doi. org/10.18593/r.v47.27913. Acesso em 22 de setembro de 2022.